



2 | 3 | 4 FEV 2008

1º congresso
internacional em
Estudos da Criança

*Infâncias Possíveis
Mundos Reais*

Esta publicação reúne textos de comunicações apresentadas no âmbito do I Congresso Internacional em Estudos da Criança - Infâncias Possíveis, Mundos Reais - realizado nos dias 2, 3 e 4 de Fevereiro de 2008, na Universidade do Minho, Braga, Portugal.

Estes textos - da exclusiva responsabilidade dos autores - foram submetidos pelos mesmos, em tempo útil, para esta publicação.

ISBN: 978-972-8952-08-2

Infância e primeiras letras no pensamento de M. A. Ferreira-Deusdado

Artur Manso

Universidade do Minho – IEP
amanso@iep.uminho.pt

Palavras-chave: Infância; educação; Portugal.

Resumo

Nesta comunicação pretendo dar a conhecer o esforço empreendido pelo pedagogo português M. A. Ferreira-Deusdado (1858-1918) no sentido de, entre nós, em finais do século XIX, reabilitar a infância, acompanhando o progresso das ciências, tal como já se fazia, a nível científico, no resto do mundo considerado civilizado.

O seu pensamento no que concerne à presente investigação, será analisado a partir dos textos sobre esta temática que assinou na prestigiada *Revista de Educação e Ensino*, que fundou em 1886 e dirigiu até 1900.

Em consequência, então, apresentarei os principais vectores do seu ideário em torno do novo conceito de infância e da reforma educativa que, em seu entender, era necessário que Portugal empreendesse no sentido de adequar a instituição escolar às novas exigências inerentes ao desenvolvimento da criança para que apontava o progresso científico do qual brotavam novos saberes, tais como a pedagogia.

Primeiras palavras

Ferreira Deusdado (Rio Frio/Bragança 1858- Lisboa 1918), foi um homem do seu tempo e pese embora o conservadorismo que perpassa ao longo da sua vida e obra,

foi capaz de num momento em que o mundo conhecia um grande progresso no campo científico, pugnar pela extensão desses conhecimentos a todo o sistema educativo. Nesse contexto, numa altura em que Portugal por decisão dos seus responsáveis políticos continuava a não se interessar por implementar um sistema integral de educação que servisse todos os seus cidadãos, tornou-se um paladino da revolução educacional que entre nós urgia levar a cabo.

Como tribuna privilegiada desse combate, numa primeira e decisiva fase elegeu a *Revista de Educação e Ensino (REE)* que fundou e dirigiu até à sua extinção (1886-1900). Do ponto de vista da influência política que pôde exercer, levou a cabo o mesmo combate enquanto membro do Conselho Superior de Instrução Pública, criado pelo Ministro do Reino Barjona de Freitas e que era uma espécie de conselho consultivo do Ministro do Reino, inspirado no seu congénere francês. Este Conselho tinha a presidência de Jaime Moniz e entre as suas atribuições estava a redacção dos programas do ensino primário e do ensino secundário.

Neste contexto de progresso e inovação, de forma natural, Ferreira Deusdado dedicou diversos artigos ao ensino elementar e à formação dos professores que o deveriam servir.

1. Conceito de infância

M. A. Ferreira Deusdado foi um acérrimo defensor da Psicologia enquanto ciência por lhe parecer que seria de extrema utilidade no campo da educação.

O pedagogo transmuntano relevou o conceito de infância, entendendo em sentido lato a particularidade e especificidade dos seus problemas, nomeadamente no que respeitava à sua protecção e à sua educação. É com esse propósito que em 1896 divulgou na *Revista de Educação e Ensino* o Congresso para a Infância anunciado para Florença (Outubro de 1896), do qual reproduzia o programa (cf. Deusdado, 1896: 5-14).

Com o intuito de socialmente ver fortalecido o novo interesse pela infância, em 1900, no último ano de publicação de *REE*, apresentou e comentou as teses apresentadas num encontro de filantropos que se preocupavam com a infância e a adolescência e que, como nos é dito, se reuniam todos os anos num congresso internacional numa cidade europeia, para ajudar a elaborar os melhores planos de protecção à infância, nomeadamente os que tinham a ver com as crianças que em qualquer tempo e lugar se encontrassem numa situação de sofrimento. A presente edição decorreu em Antuérpia e correspondeu à terceira sessão destas audiências internacionais, tendo por objecto “o estudo das questões relativas ao patronato dos condenados, das crianças abandonadas e dos alienados” (cf. Deusdado, 1900: 145-158; 231-234 e 241-254).

As teses que apresentou e comentou eram de eminentes estudiosos e responsáveis políticos que assim mostravam o interesse em fazer com que a lei penal em vigor na maior parte desses países fosse cumprida em benefício das crianças e menores de 16 anos. Até essa data, pese embora a distinção entre uns e outros desde há muito constasse das leis oficiais, acontecia com frequência que as crianças e os menores de 16 anos, fossem condenados a severas penas como o degredo.

Deusdado em 1894 foi incumbido pelo governo português de criar um Projecto de Reforma da Casa de Correção de Lisboa e de estabelecer as bases para o ensino correcional no país, tendo-se mostrado favorável à criação de escolas coloniais para a reabilitação dos jovens delinquentes, limitando a função do Estado à função penal e presidiária.

O intelectual transmuntano acompanhava assim o debate em torno da especificidade da infância e da necessidade, em termos correcionais, quando se mostrasse necessário, de fazer cumprir as penas num ambiente adequado às suas idades. Para enfatizar a sua preocupação transcrevia: “A casa de correção é o lugar de internamento destinado aos menores de 16 anos que cometeram delitos e crimes de direitos comuns, roubos, atentado aos costumes, incêndios, homicídios. O pequeno

vadio, ou o pequeno mendigo, que ainda não fez mal a ninguém, encontrar-se-á ali em bem má sociedade que acabará por corrompê-lo e por pervertê-lo [...]. A perspectiva deste perigo assusta os magistrados, sobretudo se não conhecem todos os temperamento levados ao regime da correcção pelos progressos da ciência penitenciária e pelo concurso da beneficiência particular e das Sociedades de patronato. Com receio de expor o jovem vadio ou o pequeno mendigo a misturar-se com verdadeiros malvados preferem mandá-los embora ou entregá-los aos pais, que, sem serem absolutamente indignos, são muitas vezes incapazes de lhe reabilitar as más tendências. Resulta daí que a criança ensinada pela impunidade recomeça; entranha-se cada vez mais na má vida; ontem era apenas um vadio, amanhã será um malfeitor” (Deusdado, 1900: 243).

Para evitar que a criança que precisa de ser corrigida seja forçada a viver num ambiente hostil ao seu natural desenvolvimento e à sua bondade própria, Deusdado concordava ainda que “O que a experiência, a justiça e a razão reclamam é a criação de estabelecimentos especiais, não envolvendo nenhuma ideia de ignomínia, onde, sem ser misturada com delinquentes a criança, que desertar da casa paterna para vadiar ou mendigar, possa ser colocada pela autoridade da justiça, para que aí receba até à maioridade, a educação que convém às suas aptidões e ao seu temperamento. Os menores de 16 anos, vadios e mendigos, colocados nas escolas de preservação, receberão a educação e a instrução pelos cuidados de um pessoal especial, que será escolhido em vista da missão de protecção e de reabilitação oral de que se encarregará para com as crianças” (ib.: 245).

Assim, para o nosso pedagogo era obrigatório que todos aqueles que trabalhassem com crianças soubessem reconhecer as suas especificidades e com o auxílio dos dados da ciência, fosse qual fosse a área, actuassem em conformidade. A criança não deixava de ser uma espécie de *tábua rasa* que concomitantemente a educação haveria de preencher. Mas já não era equiparada a um *pau torto* que necessitava de ser submetida a muita humilhação e coacção física para, depois de adulto, tomar um lugar na sociedade em conformidade com as competências e habilidades adquiridas. Este projecto seria, no entender de Deusdado, potenciado por um nível elevado de escolarização que se lhe deveria impor desde as primeiras idades.

2. Escolarização das primeiras idades

Para Deusdado não restava qualquer dúvida de que “É na escola, núcleo generoso de emancipação e de liberdade, que se amolda a criança” (ib.: 1886d: 346). Desta forma, a escola não é apenas considerada como um simples bem, mas sim como o principal bem que uma sociedade suficientemente organizada deve dispensar às crianças “Para que um dia triunfem as ideias de justiça e de paz é mister criar a escola, ela é a grande voz que prega suavemente a fraternidade universal, é o crisol onde se prepara a consciência política do cidadão” (ib.: 347). O intelectual transmontano olhava lá para fora e constatava que os países verdadeiramente prósperos só o eram porque tinham decidido, desde as primeiras idades, apostar na educação dos seus cidadãos. Ele, enquanto português empenhado e preocupado com o destino do seu povo, ao ver que países da dimensão de Portugal como a Suíça, Suécia, Holanda, Bélgica ou Dinamarca, não tendo mais recursos que a terra lusa, evoluíam muitíssimo em termos individuais e colectivos, encontrava a causa desse progresso na forte aposta que tinham feito na educação dos seus cidadãos: “A superioridade das nações mais adiantadas da Europa e da América está na esplêndida organização do seu ensino, quer nascido da iniciativa livre, quer criado pelo estado” (ib.: 348).

Ao invés, então, Portugal parecia, ao não investir na educação, querer prolongar a longa agonia em que voluntariamente continuava a consumir-se. Para dar consistência às suas críticas, Deusdado frisava: “A lei de 2 de Maio de 1878 criou em todos os distritos escolas normais de ensino primário, mas até esta data (1887) ainda tais

escolas com pequeníssimas excepções não se fundaram nem abriram” (ib., 1887c: 157). A espera já ia longa, urgindo por isso que se abrissem “essas escolas e se no país não há pessoal docente, contratem-no lá fora, como fez no século passado o grande Marquês de Pombal para a remodelação da Universidade” (ib.: 157). Mesmo constatando um reduzido empenho político nas questões educativas, em 1890 Deusdado congratulava-se com o reaparecimento do Ministério de Instrução Pública, há alguns anos extinto, tendo o Ministério do Reino, com um cunho acentuadamente político, tomado conta das questões educativas: “este ministério reapareceu; não é uma recreação, existiu com a ditadura de Maio de 1870, do duque de Saldanha, do qual foi ministro o venerando escritor o sr. D. António da Costa” (ib., 1890: 185). E logo a seguir, enfatizava em favor desta deliberação: “A instrução pública estava mal no ministério do reino, porque é o ministério mais político [...]. É preciso que a instrução não seja uma bandeira de ambições partidárias, e que as leis do ensino e o professor não sejam um juguete na mão da mais nefasta das tiranias modernas – a tirania política” (ib.: 185-186). Com certeza que só por si o reaparecimento do Ministério da Instrução Pública não melhoraria o estado do ensino e da educação em Portugal, pois se tinha sido extinto era porque os decisores políticos não lhe tinham encontrado grande utilidade. Com esta resolução, fundamentalmente, o poder político concedia maior poder de decisão àqueles que nomeava para gerir a política educativa do Reino.

O mundo evoluía e os governantes portugueses pouco ligavam. Para lá da política de circunstância e da manutenção das suas fronteiras, pouco ou nada se fazia em Portugal para tornar o seu povo mais próspero. Por isso, Deusdado não se cansava de lembrar a quem tinha a tarefa de nos governar de que “É a escola, e não a espingarda, que há-de ser um dia o árbitro dos destinos do mundo. A ignorância é sempre um mal; põe em perigo a estabilidade de um governo e a sua liberdade, enquanto que a instrução dá um plano às inteligências, um alicerce às ideias. É preciso capacitar-nos, pois, que é somente assim que se pôde construir um bem cimentado e forte edifício nacional” (id.: 1886d: 348).

O pedagogo transmontano usava todos os meios postos à sua disposição para tentar influenciar o poder político no sentido de verdadeiramente investir na educação do nosso povo. Com esse propósito, enquanto membro (vogal) do Conselho Superior de Instrução Pública, organismo que aconselhava o Ministro do Reino em questões educativas, continuava a clamar junto dos governantes da extrema necessidade de tornar prioritário o investimento na educação, aconselhando-os a que olhassem para o que se estava a passar noutros países europeus de expressão semelhante à nossa: “Nunca se empobrece um país com o que gasta com a instrução pública, porque se consome com ela quatro, produz quatrocentos, pelo aumento das indústrias, pela elevação moral dos cidadãos, pelo que poupa com as cadeias, no abaixamento da criminalidade e pelo progresso enfim de todas as manifestações da actividade nacional. A instrução pública é certamente uma função de interesse geral que o estado não pode nem deve desprezar” (ib.: 1886e: 383).

O nosso pedagogo deixava, ainda, algumas sugestões de como fazer em termos metodológicos e em 1887 apresentava as virtudes do sistema Sloyd que partia da relação do indivíduo com a manipulação da madeira, muito usado nos países do norte da Europa e extremamente disseminado na Suécia, apresentando excelentes resultados. Acerca deste método disse-nos ter nascido das ideias de Rousseau que foram aplicadas com êxito por Froebel nos seus jardins de infância, tendo posteriormente sido generalizado por Uno Cygoeus, superintendente das escolas públicas. As suas virtudes principais estavam no facto de se encontrar repartido por três fases, a saber: dos 4 aos 6 anos com a aprendizagem da leitura e da escrita; 6 aos 10 anos estudos preparatórios para iniciar o ensino secundário; terceira e última fase mais mecânica ou manual destinada aos que aprendiam a partir de casa, sem frequentar a escola. Todas as etapas aliavam de forma correcta o saber e o saber fazer. Esta sistema de educação favorecia o desenvolvimento muscular e atenuava a

fadiga intelectual – recomendando que se dormisse mais de oito horas e a que o trabalho intelectual fosse de acordo com a idade. Os períodos lectivos aconselhados para as crianças tinham a duração de 20 a 30 minutos e para os adolescentes nunca excederiam uma hora. O sistema fazia exames parciais em vez dos gerais - ao mesmo tempo que despertava as aptidões artísticas e mecânicas. Entre nós a escola lisboeta Rodrigues Sampaio estaria, à época, a desenvolver este método de ensino e aprendizagem (cf. *ib.*: 1887a: 131-133).

O pedagogo transmontano sempre esteve convencido de que “O que nos podia fazer lá fora respeitados, a nós povo pequeno, era a nossa elevação moral e intelectual preparada pelo desenvolvimento educativo da massa popular” (*ib.*, 1886d: 348).

3. O ensino elementar e os professores

3.1. Ensino elementar

É verdade que Ferreira Deusdado foi um acérrimo defensor do ensino livre/privado, mas nunca isentou o Estado da obrigação de zelar pelo seu bom funcionamento, dizendo-nos, em 1886 que “Os governos não podem renunciar de modo nenhum à vigilância do ensino popular, a instrução primária é para o estado um direito inalienável e um dever sagrado” (*ib.*, 1886d: 345). A estrutura estatal tem de estar ciente de que “Todo o homem para se tornar cidadão consciente e útil precisa que a escola primária abra no seu cérebro os horizontes do mundo moral e o caminho da vida intelectual” (*ib.*: 347), uma vez que “Educar o indivíduo é dar à criança os meios de viver só, educar o cidadão é dar-lhe os meios de viver em sociedade” (*ib.*, 1887a: 131).

Fazendo uma análise fria e racional à situação portuguesa e continuando a compará-la com os progressos da educação em países do mesmo espaço europeu que gozavam de uma situação sócio-política parecida à nossa, Deusdado depressa concluiu que o que fazia uns países mais prósperos em relação aos outros, era o terem procedido a um forte investimento na instrução dos seus povos a partir das primeiras idades: “A instrução popular restringe a anarquia e dá ao educando elementos de trabalho. O dispêndio feito pelo estado com a instrução vai diminuindo o dispêndio feito com as cadeias, porque a escola reprime os delitos e atenua o número dos criminosos [...]. A escola é o guia inspirador dos povos, que inunda de luz o espírito das nações, é a semente benéfica e fecunda que lança raízes por toda a parte, implantando o sentimento do bem, do direito e da justiça. Pequenos ou grandes temos todos o dever imperioso de ensinar, porque a sociedade onde vivemos é um laboratório de educação universal dos menos instruídos pelos mais instruídos” (*ib.*, 1886d: 347).

Para que não restasse qualquer dúvida de que, em seu entender, o marasmo em que Portugal continuava mergulhado se devia ao permanente desinteresse pela educação do seu povo, afirmava: “Não nos faltam condições naturais de prosperidade, e contudo, como não temos instrução, não temos indústria, nem comércio, nem finanças prósperas, nem exército, nem esquadra. Achamo-nos em tudo abaixo da Bélgica, da Suíça, da Holanda, da Dinamarca, da Suécia, nações mais pobres de recursos naturais do que a nossa. A instrução é o segredo onde se esconde o destino dos povos e nós temos desprezado o encontro desse grande segredo” (*ib.*: 347). No que ao ensino elementar dizia respeito, em Portugal era tudo mau, mesmo muito mau. O Estado para poupar dinheiro que haveria de esbanjar em obras de fachada e na satisfação dos caprichos dos mais poderosos, cortava o investimento nos campos tradicionalmente mais desprezados da sociedade portuguesa. Entre eles, o mais cruel desinvestimento residia na educação do seu povo. Era para esse alijar de responsabilidades que no entender de Deusdado apontava a reforma educativa a que procedeu Rodrigues Sampaio no ano de 1878, transferindo para os Municípios o encargo de dotar a instrução primária dos meios físicos e monetários adequados.

Eventualmente aos Municípios juntar-se-iam as Paróquias e o Estado central aliviava as suas despesas mas criava um novo problema, pois nem uns nem outros dispunham de dotações orçamentais suficientes que lhes permitissem levar a tarefa educativa a bom porto. O estrangulamento financeiro era uma realidade assustadora que se prolongava no tempo e, sob a tutela omnipresente de um Estado centralizador, o aperto era ainda maior a nível dos concelhos. O estratagema de transferir as competências sobre o ensino elementar para os concelhos e paróquias sem os provir de maiores receitas, era visto por Deusdado como um ardil político que fomentava ainda mais o desinvestimento educativo.

Disso mesmo o pedagogo transmontano nos quis dar conta, quando, em 1889, analisou estatisticamente a instrução primária em Portugal. A base desse levantamento foram os imóveis e respectivo equipamento disponibilizado para a instrução primária. Com o recurso aos números, então, demonstrou a grande degradação de todo este material. A conclusão era óbvia: ainda que os recursos humanos fossem os adequados, que naturalmente também não o eram, a degradação de todo o parque disponibilizado para a instrução primária, só por si, era inibidora de qualquer sucesso escolar, pois impedia irremediavelmente o normal funcionamento da actividade lectiva, qualquer que ela fosse (cf. *ib.*, 1889: 129-133).

Quanto ao ensino primário à época convém referir que a reforma educativa que o Ministro do Reino João Franco promoveu em 1894 e que foi regulamentada em 1896, dividia o ensino primário em Elementar e Complementar, subdividindo, ainda, o elementar em dois graus: o primeiro grau que era obrigatório para todas as crianças entre os 6 e os 12 anos e o segundo grau que apenas era obrigatório para todos aqueles que quisessem frequentar as escolas do ensino secundário. Convém realçar que o mesmo Regulamento decretava que em Lisboa, Porto e outras cidades importantes poderiam ser criadas escolas de educação e ensino infantis (cf. Carvalho, 1986: 628ss).

Como nos informa Rómulo de Carvalho, ao fechar o século XIX o número de alunos nas escolas primárias seria de 179.640 de ambos os sexos e distribuídos por 4495 escolas públicas, a que se juntavam 51.599, também de ambos os sexos provenientes de 1579 escolas privadas. Assim, ao todo, seria de 231.239 o número de alunos que frequentavam o ensino primário (cf. Carvalho, 1986: 636 ss).

Apesar de tudo, o pedagogo transmontano considerava diminutos todos estes esforços em torno da educação básica.

3.2. Os professores

Para Ferreira Deusdado os professores eram o princípio, o meio e o fim de todo o processo pedagógico: “O professor é a força dirigente do ensino, a sua legítima autoridade deve constituir toda a disciplina. O que impõe respeito e veneração é o seu incontestado mérito. Desgraçado ensino aquele em que o professor precisa encobrir-se pelo regulamento para pelo medo ser acatado pelos alunos” (Deusdado, 1886b: 223). Estabelecer a escola e o ensino enquanto responsabilidade primeira dos professores, foi, então, um elevado objectivo que Deusdado teve sempre bem presente ao longo do seu ideário pedagógico. Para o ver concretizado fazia todos os esforços e, enquanto membro do Conselho Superior de Instrução Pública, não se cansava de lembrar aos governantes de que “...a primeira condição pedagógica de bom ensino é o professor, porque consubstancia no seu encargo a grandiosa missão da simultânea cultura do sentimento e da inteligência. O conselho superior como sentinela da instrução pública não pode nem deve renunciar a uma activa vigilância sobre o recrutamento do professorado. É aí que está a chave de toda a educação nacional” (*ib.*, 1886c: 344).

A missão reservada aos professores era de grande responsabilidade, mas os governos continuavam a ignorar a grandeza desse magistério: “O professor tem sido, em nosso país, o homem mais cruelmente desatendido. Não goza da consideração a que o seu alto cargo lhe dá direito. Não tem carreira, e a falta de carreira, é a extinção

do estímulo, a hesitação no futuro” (ib., 1887c: 233).

Pese embora a gravidade de tal situação, o pedagogo transmuntano continuava a pugnar por uma formação de alto nível para os professores. Em seu entender, as qualidades naturais de um professor e a solidez do conhecimento que demonstrasse, só por si, não eram suficientes para se ter um profissional de alto nível, tanto mais que Deusdado não hesitava em reconhecer que “Hoje o magistério é uma profissão científica como a profissão de médico, advogado ou engenheiro, por isso a ninguém deve ser permitido exercê-la sem estar legalmente habilitado [...]. Não consentamos, pois, que ensine senão quem for digno e estiver apto” (ib., 1886e: 376). Os profissionais do ensino tinham que ser devidamente preparados porque Deusdado considerava a pedagogia como “...uma ciência não menos delicada do que a lógica, cujo estudo e conveniente aplicação, está ainda em Portugal, podemos dizê-lo, num estado embrionário e infantil” (ib., 1886b: 223).

O saber e o saber fazer, deveriam encontrar-se unidos na profissão docente, tal como em qualquer outra profissão. Em todos os graus de ensino tornava-se necessário que o professor tivesse uma formação adequada: “O verdadeiro educador da mocidade não pode ser um homem vulgar, o seu ministério é o primeiro elemento civilizador deste século. Não prescindimos, no professor, do diploma de capacidade em nenhum dos graus de ensino; mas sobretudo no ensino primário e secundário, em que o coração e o espírito estão ainda a formar-se. Nestes graus de ensino o professor tem de exercer sobre o discípulo duas qualidades de domínio: o domínio do coração para tornar fecunda a própria moralidade, o domínio do espírito para dar autoridade às suas doutrinas. O professor precisa de ser um homem justo para ter autoridade incontestada sobre os seus alunos; precisa para o bom desempenho do seu cargo ter uma alma virginalmente boa, porque o ensino não é fecundo senão quando é dado e recebido com amor” (ib., 1886e: 377).

As qualidades humanas são importantes no magistério, como também o são as qualidades científicas. De uma certa maneira, o intelectual transmuntano encarava a pedagogia como a ciência de educar e como tal, não se enredava na discussão estéril acerca das especificidades da profissão. Tal como qualquer outra actividade, ser professor, pode ser uma profissão escolhida por vocação, ou abraçada por qualquer outro factor. Em seu entender, os motivos da escolha são secundários ante a necessidade da preparação adequada. A maneira como olhamos a ciência e a pomos ao serviço das nossas qualidades próprias só deve ser considerada ante a maior ou menor competência que em cada momento possamos revelar no desempenho profissional. Com espírito científico e sem hipocrisia, Deusdado afirmava: “Há quem ensine por gosto e quem ensine por interesse, ou, por outra, há professores para quem o ensino é uma satisfação íntima, mesmo uma necessidade do seu espírito, há outros para quem o belo científico é apenas a espiritualização do útil. Tanto uns como outros preenchem nobremente o seu fim, ainda que com intuitos diversos.

Protágoras, ensinando por dinheiro em Roma, não é menos respeitável que Sócrates; ambos chegavam ao mesmo fim – doutrinar a verdade e o bem” (ib.: 378).

O nosso autor cedo percebeu que para melhorar o ensino em Portugal só havia um caminho possível: dar um estatuto científico à pedagogia e às ciências da educação. Em seu entender era escusado apregoar a bondade da pedagogia sem a elevar ao estatuto de ciência. Com esta relevância não só se garantiria uma melhoria da totalidade do sistema educativo, como também se elevaria a condição dos professores a uma espécie de cientistas sociais. O decurso dos tempos mostrava a Deusdado que tinham sido dois os métodos que o ensino tinha privilegiado: nos antigos o método dedutivo, nos modernos o método indutivo o que o levou a comentar: “aquele foi o instrumento por excelência seguido pelo espírito científico durante a antiguidade clássica e o mundo medieval. Este apareceu com Bacon, Locke e Rousseau, e erigidos depois em dogma [...] ainda hoje na ciência da educação existe mais ou menos acentuado tal antagonismo, que está prestes a desaparecer no desassombrado caminho modernamente aberto pela pedagogia científica” (ib., 1886b:

225).

Deusdado enquanto homem atento e pedagogo empenhado sabia que os tempos em que vivia não eram iguais aos tempos passados. Tudo mudava e o progresso científico, em finais de século, trazia novas e importantes aportações à totalidade do processo educativo. Era por isso mesmo que o intelectual transmontano enchia o seu vocabulário com o termo, à época pouco comum, de Ciência da Educação, considerando este saber como fundamental na formação dos professores: “Quando propugnamos pela necessidade de cultivarem os professores a ciência da educação, não se entenda que nos devemos contentar com a exposição dogmática das leis pedagógicas, formuladas por Locke, Rousseau, A. Bain, Dreyfus-Brisac, ou Spencer, etc., queremos o estudo comparado dos processos elaborados por estes pensadores no que possamos utilizá-los, a fim de criar um bom sistema de educação adequado às nossas necessidades e com acentuado cunho nacional” (ib., 1887c: 156).

Para o nosso autor não restava qualquer dúvida de que eram os professores que deveriam servir de suporte à revolução pedagógica que se anunciava. Com estruturas físicas degradadas e sem material adequado ao normal funcionamento do ensino, ainda se poderia esperar alguma coisa da prática lectiva, mas sem professores devidamente formados, quer no campo da ciência que leccionavam, quer dos conhecimentos pedagógicos de que necessitavam, todo o esforço educativo seria vão. E isso mesmo, enquanto membro do Conselho Superior de Instrução Pública, levava ao conhecimento dos responsáveis pela política educativa: “A primeira condição entre nós para uma útil reforma do ensino popular, médio e superior, é uma boa organização geral pedagógica e esta pertence exclusivamente a professores” (ib., 1887b: 255). Para alterar a deplorável situação educativa do nosso povo parecia-lhe que “Meia dúzia de anos de ensino por professores hábeis e zelosos fariam uma revolução no espírito nacional, acabando com esta rotina que nos embrutece e nos desonra” (ib., 1887c: 157). E o nosso pedagogo insistia: “Não basta para ser bom professor ter inteligência, estudo e eloquente exposição, é necessário uma prévia preparação pedagógica ou uma longa prática de ensino para que o professor demonstre a excelência e o valor dos seus métodos” (ib.: 233).

Porventura os nossos governantes continuavam a não investir na educação para continuarem a desprezar os professores e o trabalho que levavam a cabo. Se a preparação não fosse adequada, o trabalho também não o seria e, em consequência, haveria sempre a desculpa para os desconsiderar pessoal e profissionalmente: “Em nosso país um estudante que mostre aplicação ou inteligência é geralmente o escolhido para professor, onde vai perpetuar os erros dos seus antecessores em métodos de ensino, sem se ter previamente educado ou corrigido pela preparação pedagógica, ou por algum tempo de tirocínio da vida docente” (ib.: 233).

E se isto se passava em todos os níveis de ensino, o cenário em termos da instrução primária, era catastrófico. Este nível de educação era de facto completamente desprezado pelo poder político, ao ponto de, transferirem toda a sua responsabilidade para as autarquias e paróquias. Desta forma, as grandes vítimas foram os professores que, por falta de verbas dos municípios, deixaram de ser regularmente remunerados pelo seu trabalho, o que, no entender de Deusdado, ainda tornava a nossa situação educativa a nível das primeiras letras, mais calamitosa. Consciente disso, clamava, então, pela correcção de tal despacho, denunciando a situação que se estava a viver na *Revista de Educação e Ensino* que dirigia (cf. ib., 1886d: 345-348; 1888a: 113-116). De forma corajosa, sempre que podia, continuava as suas denúncias: “Até hoje em Portugal o professor primário (excepto os de Lisboa) tem sido considerado como o menos favorecido dos serventuários do Estado. A descentralização do ensino em lugar de melhorar as suas condições, reduziu-o à última miséria, os municípios de quase todos os concelhos de província mostraram demasiadamente a sua incúria e a sua inabilidade para dirigir e fomentar o desenvolvimento do ensino primário. O poder central viu-se na triste necessidade de chamar de novo a si este recuo de administração pública” (ib., 1892: 273)

O recrutamento daqueles que teriam por missão introduzir os mais novos nas artes de ler, escrever e contar, para o nosso pedagogo, era verdadeiramente vergonhoso: “O nosso professor primário, especialmente o das províncias, é recrutado entre os indivíduos intelectualmente incapazes de seguir qualquer carreira académica. Em geral destinam-se ao magistério primário os mancebos que por estreiteza de entendimento não alcançaram completa aprovação nos benevolentes preparatórios para a vida eclesiástica” (ib.: 1887c: 234). Mediante tal cenário, Deusdado continuava a clamar para que se abrissem “...em todos os distritos escolas normais; lançada à terra a semente fecunda de uma sólida instrução, a árvore vai crescendo, e os nossos vindouros colherão o fruto completamente sazonado” (ib.: 234).

Como lembrava a propósito do Congresso dos professores primários que ocorreu em Lisboa pelo ano de 1892 “As questões de ensino merecem pela sua importância a todos os países civilizados o primeiro lugar nas diferentes categorias sociais, a força do professor primário é sempre preponderante nas causas do progresso de uma nação” (ib., 1892: 273).

Para terminar

Como acabamos de ver, se Portugal demorou muitos anos a investir no ensino e na educação do seu povo, o atraso de tal decisão não se deveu ao facto de, entre nós, não ter havido gente que fez os possíveis para alertar o poder político da bondade de tal investimento. Aqui, demos o exemplo de M. A. Ferreira-Deusdado que nos últimos quinze anos do século XIX usou todos os recursos que tinha à sua disposição para fazer ver ao poder político que uma forte aposta no ensino e educação do povo, traria benefícios sócio-económicos que levariam o país a um estado superior de progresso que o analfabetismo reinante estava a impedir.

Ao tempo, os recursos de Deusdado não eram desprezíveis, nomeadamente, o ter à disposição a *Revista de Educação e Ensino*, onde ele e outros divulgavam as ideias reformistas para todos os níveis de ensino e formação intermédia e, mais próximo do poder político, o cargo que ocupou no Conselho Superior de Instrução Pública (vogal), que por bem pouco que influenciasse os decisores políticos, sempre os obrigava a aceitar algumas reformas na política educativa, nomeadamente, quanto a uma adequada formação dos professores de todos os níveis de ensino pela criação de Escolas Normais que fossem capazes de introduzir novos métodos e diferentes conteúdos. Convém notar que neste contexto reformista, ainda no ano de 1886 Ferreira Deusdado foi o Relator dos programas liceais gerais de História, Geografia e Filosofia, que elaborou segundo os progressos da ciência e da pedagogia, sendo apontado como, se não o fundador, um dos que mais contribuiu para introduzir em Portugal um renovado ensino filosófico segundo o critério da psicologia e da história. Infelizmente no que ao ensino elementar dizia respeito, um interesse efectivo e o respectivo investimento no mesmo por parte dos decisores políticos, ainda haveria de demorar muitos anos. Tamanha espera, tal como Deusdado e outros às portas do século XX já auguravam, haveria de se tornar o principal obstáculo ao progresso cultural, social e económico do nosso povo.

Bibliografia

a) de Ferreira Deusdado

(1886a). “Relatório do Conselho Superior de Instrução Pública”, in *Revista de Educação e Ensino*, vol. I, pp. 58-59.

(1886b). “O professor, o método e a paciência como elementos educativos, vol. I, pp. 223-225.

(1886c). “Excerto dum documento oficial sobre o ensino”, vol. I, pp. 342-344.

(1886d). “O ensino elementar e o professor primário”, vol. I, pp. 345-348.

(1886e). “Relatório apresentado perante o Conselho Superior de Instrução Pública

no ano de 1885”, vol I, pp. 375-384.

(1887a). “A educação nas primeiras idades”, Vol. II, pp. 131-133.

(1887b). “Última sessão do Conselho Superior de Instrução Pública”, vol II, pp. 254-258

(1887c). “A necessidade da preparação pedagógica do professorado”, vol II, pp. 155-158 e 232-235.

(1888a). “Os professores primários”, Vol. III, pp. 113-116.

(1888b). “João de Deus e a cartilha maternal”, Vol. III, pp. 183-185.

(1889). “A nossa instrução primária julgada pela estatística”, vol. IV, pp. 129-133.

(1890). “A reaparição do Ministério da Instrução Pública”, vol. V, pp. 183-186.

(1892). “O congresso dos professores primários em Lisboa”, vol. VII, pp. 273-280.

(1896). “O congresso para a infância em Florença”, vol. XI, pp. 5-14.

(1900). “Protecção à infância”, vol. XV, pp. 145-158; 231-234 e 241-254.

b) outra

CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal*. Lisboa:

Fundação Calouste Gulbenkian.

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da educação*. Porto: Asa.